

Artigo de Pesquisa

Determinantes socioeconômicos do microempreendedor individual (MEI)

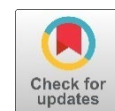
Mateus Cerqueira Anício Moraes^{a*} , Magnus Luiz Emmendoerfer^b ,
José Ricardo Vitória^c  e Wesley de Almeida Mendes^d 

^a Departamento de Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Governador Valadares/MG, Brasil

^b Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, Brasil

^c Instituto Federal Minas Gerais, IFMG, Ouro Preto/MG, Brasil

^d Núcleo de Estudos Administração Pública, Governo e Sociedade (N+APGS), Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa/MG, Brasil



Detalhes Editoriais

Sistema double-blind review


Histórico do artigo

Recebido : 15 de fev. de 2021
Revisado : 25 de mar. de 2022
Aceito : 13 de jun. de 2022
Disponível online : 10 de out. de 2022

Código JEL: L22, L26, L29, L38, O10 e O20

Artigo ID: 2070

Editor Chefe¹ ou Adjunto²:

¹ Dr. Edmundo Inácio Júnior 
Univ. Estadual de Campinas (UNICAMP)

Editor Associado Responsável:

Dr. Victor Silva Corrêa 
Universidade Paulista (UNIP)

Editora Executiva:

M. Eng. Patrícia Trindade de Araújo

Revisão Ortográfica e Gramatical:

Dra. Mônica Império Costa
Palavra Seleta Revisão Textual

Financiamento:

CNPq, # 309363/2019-5
FAPEMIG, # APQ-01502-22
CAPES, Financiamento 001

Citar como:

Morais, M. C. A.; Emmendoerfer, M. L.; Vitória, J. R.; Mendes, W. A. (2022). Determinantes socioeconômicos do microempreendedor individual (MEI). Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 11(3), Artigo e2070.
<https://doi.org/10.14211/ibjesb.e2070>

*Autor de contato:

Mateus Cerqueira Anício Moraes
mateuscamos@gmail.com

Resumo

Objetivo: identificar as possíveis relações entre as variáveis socioeconômicas e a manifestação do Microempreendedor Individual (MEI). **Metodologia/abordagem:** a partir do levantamento de características do MEI, em bases de dados no âmbito brasileiro, sob uma abordagem quantitativa, aplicou-se a análise de regressão múltipla, incluindo variáveis sociais e econômicas de municípios de Minas Gerais. **Principais resultados:** há efeitos significativos das variáveis educação, renda e saneamento básico sobre a proporção de MEI no âmbito municipal. Seus valores oferecem indícios de que melhores condições socioeconômicas estão inversamente relacionadas ao MEI. **Contribuições teóricas/metodológicas:** este estudo contribui para a discussão sobre as políticas de empreendedorismo e os tipos de negócios a serem fomentados pelos governos; e para a identificação de suas variáveis explicativas, em países em desenvolvimento. **Relevância/originalidade:** este estudo (a) fortalece a construção científica pautada nos resultados da instituição do marco legal do MEI no Brasil; e, (b) se aprofunda em questões relativas ao efeito das variáveis socioeconômicas no MEI, abarcando o empreendedorismo “por sobrevivência” e como “estilo de vida” – temas ainda pouco explorados pela literatura acadêmica, principalmente quando envolve países em desenvolvimento. **Contribuições sociais/para a gestão:** em termos práticos, a apresentação das realidades sociais e econômicas dos empreendedores beneficiados pelo aparato legal do MEI oferece fundamentos para reflexões e análises sobre os efeitos esperados com a política pública em questão.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual (MEI). Condições socioeconômicas. Política pública. Informalidade.

Abstract

Objective: identifying the possible relationships between socioeconomic variables and the manifestation of the Individual Micro-Entrepreneur (IME). **Methodology/approach:** from the survey of characteristics of the IME, in databases in the Brazilian scope, under a quantitative approach, multiple regression analysis was applied, including social and economic variables of municipalities in Minas Gerais. **Main results:** there are significant effects of the variables education, income, and basic sanitation on the proportion of IME at the municipal level. Their values show that better socioeconomic conditions are inversely related to the IME. **Theoretical/methodological contributions:** this study contributes to the discussion on entrepreneurship policies and the types of businesses to be promoted by governments. It identifies its explanatory variables in developing countries. **Relevance/originality:** this study (a) strengthens the scientific construction based on the results of the institution of the legal framework of the IME in Brazil; and (b) it delves into issues related to the effect of socioeconomic variables on IME, covering entrepreneurship “for survival” and as a “lifestyle” – themes that are still little explored by the academic literature, especially when it involves developing countries. **Social/management contributions:** in practical terms, to present the social and economic realities of entrepreneurs benefiting from the IME legal apparatus provides grounds for reflecting and analyzing the expected effects of this public policy.

Keywords: Individual Micro-Entrepreneur (IME). Socioeconomic conditions. Public policy. Informality.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido associado, na literatura sobre o assunto, a retornos socialmente desejáveis para a economia, em razão da sua influência sobre o emprego, a renda e os elementos relacionados a mudanças estruturais de produção (Aviram et al., 2019; Lundström & Stevenson, 2006). Isso pode ser observado na introdução da temática nas agendas de políticas públicas e na adoção de práticas voltadas ao avanço do empreendedorismo em vários países do mundo (Audretsch et al., 2007), sobretudo nos desenvolvidos, chamados de “primeiro mundo” (Jarvis & He, 2020).

Nesse contexto, identificar os determinantes do empreendedorismo é desafio cada vez mais presente na comunidade acadêmica, que verifica fatores econômicos, culturais e institucionais significativos, a fim de explicar os diferentes níveis de atividade empreendedora entre países, regiões e localidades (Aparicio et al., 2016; Castaño et al., 2015; Freytag & Thurik, 2007; Morais et al., 2022).

Ressalta-se, entretanto, que a maioria das pesquisas concentra olhares sobre o empreendedorismo de elevado crescimento, tido como responsável por atividades geradoras de acelerados retornos econômicos (high growth firms) e, por conseguinte, pertinentes à aplicação de recursos públicos (Lee et al., 2021; Shane, 2009). Essa perspectiva predominou – e ainda prevalece – entre as recomendações de políticas públicas de papers especializados internacionalmente (Aviram et al., 2019).

Outras abordagens, porém, como as de Morris, Neumeyer e Kuratko (2015) e de Morris, Neumeyer, Jang e Kuratko (2018), apontam para a importância do fomento público a outras manifestações do empreendedorismo, a fim de estruturar o ecossistema empreendedor. Isso deve acontecer tanto em empresas de elevado crescimento, que geram vigor e competitividade na economia, quanto naquelas cuja base é o empreendimento de subsistência, que oferece uma renda mínima para a sobrevivência digna de seus proprietários.

Assim, observa-se que a discussão do empreendedorismo perpassa a percepção de uma decisão individual do empreendedor, chegando à noção de impacto na situação econômica de um Estado. Porém, se, por um lado, o empreendedorismo influencia a economia, o inverso também é verdadeiro, especialmente para países em desenvolvimento (Morais et al., 2022). Exemplo disso, apontado por Almeida, Valadares e Sediya (2017), é a economia brasileira que, especialmente em momento de crise, cria um cenário diferente para o empreendedor, que deixa o empreendedorismo por oportunidade – o indivíduo empreende em um campo que carece de atenção –, e opta pelo empreendedorismo por necessidade – o indivíduo empreende para alcançar melhores condições de renda (melhores retornos financeiros), pois está sem emprego, tem baixa qualificação profissional e está sujeito a outros elementos que dificultam a sua entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o governo brasileiro apresenta, historicamente, diversas políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, que não se restringem a uma forma de manifestação da atividade empreendedora (Borges et al., 2018; Fernandes, 2019). Este artigo destaca a Lei Complementar nº 128, de 2008 (Brazil, 2008), que instituiu a modalidade de Microempreendedor Individual (MEI), a partir do

aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa nº 126, de 2006 (Borges et al., 2018).

A Lei Complementar nº 128/2008, que abrange empreendedores com receita bruta de até sessenta mil reais (81 mil, a partir de 2018) e, no máximo, um funcionário remunerado com um salário-mínimo, reduziu consideravelmente os custos burocráticos e tributários, estabelecendo novo padrão de contribuição tributária e de seguridade social para os empreendedores brasileiros elegíveis. A criação do MEI instituiu um processo simplificado de obtenção de CNPJ, sem custos, com a isenção de tributos federais (IR, PIS, COFINS, IPI e CSLL), e um novo modelo de contribuição, com uma alíquota fixa de 5% sobre o salário-mínimo, para obter acesso aos benefícios previdenciários.

Desde a criação dessa legislação, pesquisas e produções científicas se dedicam ao estudo dos empreendimentos que usufruíram desse marco legal, com enfoques funcionalista (Morais & Emmendoerfer, 2018) e crítico (Wissmann, 2021), havendo, ainda, espaço para explorar cientificamente seus principais determinantes (Corseuil et al., 2014; Lima et al., 2016; Moreira, 2013; Oliveira, 2013; Vasconcelos, 2016).

Sendo assim, mesmo que se entenda a associação entre o empreendimento e a economia, ainda há incipiência acadêmica quanto à relação entre empreendedorismo e políticas públicas no Brasil (Morais et al., 2022), especialmente no que tange à análise e à avaliação da implementação da política do MEI, relacionada com possíveis determinantes sociais e econômicos.

Assim, a fim de contribuir para a diminuição desse gap teórico, este artigo identifica possíveis relações entre as variáveis sociais e econômicas e a manifestação do Microempreendedor Individual (MEI). Para tanto, os elementos sociais e econômicos são entendidos como determinantes do empreendedorismo, pois afetam o processo do microempreendedorismo no Brasil.

FORMAS DE EMPREENDEDORISMO, DETERMINANTES E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Nesta pesquisa, assume-se o conceito da abordagem (entrepreneurial model) de gestão (management) nos estudos de empreendedorismo, definido como a ação de abrir um negócio ou de promover a sua expansão (Cunningham & Lischeron, 1991; Kuratko, 2019). E, no contexto do microempreendedorismo individual, entende-se que a formalização do empreendimento registra a sua existência, sendo esse um critério de manifestação da atividade empreendedora.

Na literatura especializada, para diferenciar e classificar os tipos de empreendedorismo (Gedeon, 2010; Greco et al., 2020), uma forma internacionalmente conhecida está no relatório global “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM), cujo parâmetro é a motivação para se empreender. Os empreendimentos são, então, tipificados e, com isso, tornam-se valiosos inputs de classificação, em pesquisas sobre o empreendedorismo (Morais et al., 2022). São dois os grupos estabelecidos no relatório: (1) empreendedorismo por necessidade – quando uma empresa é aberta com a intenção de proporcionar a subsistência do empreendedor; e (2) empreendedorismo por oportunidade – quando o empreendimento surge a partir de uma oportunidade identificada no mercado (Reynolds et al., 1999).

O empreendedorismo por necessidade tende a estar mais presente em economias menos estáveis, dotadas de elevados graus de desemprego (Block & Wagner, 2010). Em sua maioria, esses empreendimentos têm baixo potencial de crescimento, e se configuram como uma saída para crises financeiras dos indivíduos.

Sendo assim, de maneira geral, países com menores patamares de desenvolvimento tendem a apresentar maiores níveis de empreendedorismo por necessidade; ao passo que o empreendedorismo por oportunidade se manifesta, com maior presença, em países com melhores níveis de desenvolvimento (Greco et al., 2020).

Morris et al. (2015), a partir de diversos critérios, como porte, volume de produção, capital, nível de crescimento e outras características, determinaram quatro tipologias de empreendedorismo: (1) empresas de sobrevivência – promovem a subsistência básica para o empreendedor e sua família, não dispendo, em geral, de instalações, e possuindo poucos ativos; (2) empresas estilo de vida – provêm um estável retorno para seus proprietários que, de maneira modesta, reinvestem em seus negócios, a fim de manter uma competitividade no mercado local; (3) empresas de crescimento gerenciado – possuem um modelo viável de negócio, buscam crescimento estável e em longo prazo e, ocasionalmente, produzem novos produtos e expandem seus mercados e suas instalações; e (4) empresas de elevado (agressivo) crescimento – conhecidas como gazelas, elas têm base tecnológica e são dotadas de elevada capacidade inovadora, com crescimento exponencial (Morris et al., 2015).

Morris et al. (2015) ressaltam a importância de cada uma dessas classificações na criação de um ecossistema empreendedor saudável, que atenda às necessidades específicas da sociedade.

Por ampliar a tradicional discussão dicotômica sobre o empreendedorismo pautado ou na necessidade ou na oportunidade, a tipologia indicada por Morris et al. (2015) foi a escolhida para sustentar esta pesquisa. Sendo assim, dos quatro tipos de apontados, três podem se aproximar dos objetivos do MEI: o empreendedorismo para “sobrevivência” é similar ao negócio criado por necessidade, para sair de um momento de crise ou que busca se formalizar, enquanto empreendimento; o empreendedorismo como “estilo de vida” e o de “crescimento gerenciado” são importantes para oferecer serviços básicos à sociedade, garantindo empregos estáveis em longo prazo. Nesse sentido, as empresas gazelas são as mais rentáveis, e apresentam crescimento acelerado, por isso, elas têm sido o foco das políticas públicas de crescimento econômico (Morris et al., 2015; Shane, 2009).

Considerando os resultados de Vale (2014) e devido às suas características financeiras (rendimento de até R\$ 81.000 por ano e, no máximo, um funcionário pago em salário-mínimo), o MEI se enquadra entre as tipologias “sobrevivência” e “estilo de vida”. A análise, ora apresentada, oferece indícios para sustentar essa afirmação, uma vez que, dadas as características dos negócios da categoria MEI, e as condições econômicas e sociais que envolvem seus proprietários, é possível deduzir suas motivações (e fatores determinantes) e o seu enquadramento no mercado.

Verheul et al. (2002) apontam para uma natureza eclética e interdisciplinar do empreendedorismo, que abrange aspectos geográficos, financeiros, administrativos, sociológicos, políticos e

outras vertentes, sendo, portanto, multifatoriais os determinantes do nível de empreendedorismo de uma sociedade.

No mesmo sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1998) atesta que não existe apenas um único conjunto de causas para determinar o aumento ou o declínio do número de empreendedores em uma sociedade. Entretanto, uma série de fatores tecnológicos, econômicos, institucionais e culturais tende a influenciar a atividade empreendedora entre os indivíduos.

No contexto da formulação de políticas públicas para o estímulo ao empreendedorismo, os estudos aqui citados, como o de Aviram et al. (2019), apontam a relevância de se entender os fatores que podem influenciar a atividade empreendedora.

Pinho e Thompson (2016), por exemplo, propõem um modelo de análise com base em algumas dimensões influenciadoras do empreendedorismo. São elas: normas culturais e sociais; educação e formação em empreendedorismo; e programas governamentais, que criam oportunidades para se iniciar um novo negócio e geram capacidade individual para isso. Na pesquisa dos autores aqui citados, uma análise sobre Portugal e Angola é realizada e, entre as diversas constatações, observou-se que o aumento da educação influencia positivamente a probabilidade de crescimento do empreendedorismo em Portugal; já em Angola, em contrapartida, a educação não possui relevância para o incremento do empreendedorismo.

Lundström e Stevenson (2006), por sua vez, apontam que o conhecimento sobre os aspectos que afetam o empreendedorismo na sociedade é ainda incipiente. De maneira geral, eles apresentam cinco dimensões que, em interação na sociedade, parecem exercer influência sobre os níveis de empreendedorismo. São elas: (1) dimensões estruturais, macroeconômicas e demográficas; (2) dimensões culturais; (3) dimensões pessoais (humanas); (4) dimensão da densidade das pequenas e médias empresas (PME), e da dinâmica empreendedora; e (5) dimensão de políticas públicas.

No mesmo sentido, o trabalho de Verheul et al. (2002) busca construir uma teoria eclética para o empreendedorismo, realizando uma síntese a respeito dos seus principais fatores determinantes. Sendo assim, além das diversas formas de empreendedorismo, esse fenômeno tem determinantes múltiplos. Por essa razão, para explicar o empreendedorismo, os autores apresentam categorias agregadas de variáveis, como: (1) fatores de oportunidades – agregam determinantes que oferecem oportunidades para se empreender em uma economia, como o aumento da renda e a criação de novas tecnologias; (2) habilidades de recursos e (3) preferências e características – agrupam determinantes relacionados aos recursos financeiros e não financeiros, benéficos à criação de novos empreendimentos, além das próprias habilidades e características dos indivíduos em uma sociedade; e (4) custos e benefícios – agrupam variáveis que influenciam a atratividade para se empreender, as políticas de desburocratização (como a Lei Complementar nº 128).

As variáveis explicativas relacionadas às condições sociais e econômicas do empreendedorismo estão frequentemente distribuídas entre suas várias categorias. A situação econômica da localidade, a educação, a saúde e a segurança (não somente física, mas a garantia de serviços básicos necessários à subsistência de uma população) são elementos determinantes do (e cruciais ao) empreendedorismo. Sendo assim, tais fatores podem encorajar ou

desencorajar um indivíduo a deixar o emprego regular para empreender; e interferir na decisão de uma pessoa desempregada, ser motivada ou desmotivada a procurar um emprego regular, ao invés de empreender (Lundström & Stevenson, 2006; Verheul et al., 2002).

A saúde corresponde a uma dimensão social de atenção por parte dos agentes públicos. Para Verheul et al. (2002), quando o Estado não oferece serviços básicos de saúde, levando o indivíduo a arcar com seus custos, o empreendedorismo é desestimulado, tendo em vista que, no trabalho regular, o serviço de saúde é oferecido pelo empregador.

A principal medida do estado da economia, o Produto Interno Bruto (PIB), é parte de muitos trabalhos acadêmicos para entender a relação entre o vigor econômico e a atividade empreendedora (Prieger et al., 2016; Smith & Chimucheka, 2014; Urbano & Aparicio, 2016). A literatura demonstra uma relação em formato de “U” entre o crescimento do PIB e o empreendedorismo, e isso é explicado pelas diversas manifestações desse fenômeno (Lundström & Stevenson, 2006).

Os empreendimentos motivados por necessidade tendem a se relacionar inversamente às condições econômicas; enquanto os motivados por oportunidade têm uma relação positiva com ela (Lundström & Stevenson, 2006).

Sobre esse fenômeno, Morais et al. (2022) explicam que empreendedores motivados pela necessidade, ou seja, pela urgência de conseguir renda, tendem a intensificar a abertura de novas empresas, em períodos de baixo crescimento econômico, bem como de reduzir suas atividades em períodos de aquecimento da economia. Segundo os autores, a retomada do crescimento de empreendimentos em fases de aceleração do PIB, que resulta no gráfico em “U”, ocorre devido ao aumento do empreendedorismo por oportunidade nesses períodos, ou seja, negócios abertos em razão das oportunidades identificadas nos mercados.

Variáveis relacionadas à educação são utilizadas, em algumas pesquisas, como proxy de “cultura”, a fim de se entender seus efeitos sobre os diferentes níveis de empreendedorismo. Castaño et al. (2015), por exemplo, demonstram o efeito dos anos de estudo sobre o nível de empreendedorismo por oportunidade, em diversos países, atestando que ele é mais significativo em países europeus do que nos latino-americanos.

Nesta pesquisa, embora pouco exploradas na literatura, as variáveis referentes à saúde e ao saneamento básico foram consideradas. Com base em estudos prévios, pode-se levantar a hipótese de que a ausência desses elementos, em uma sociedade, estaria relacionada às condições de baixo desenvolvimento econômico – contexto favorável à informalidade ou ao empreendedorismo por necessidade (Castaño et al., 2015; Greco et al., 2020; Kenyon & Kapaz, 2005).

No contexto brasileiro, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem produzido relatórios periódicos a respeito do perfil do microempreendedor individual (Sebrae, 2016; 2017a; 2017b). Com base nesses trabalhos, foram apresentadas, nesta seção, informações relevantes para se entender o MEI brasileiro, tendo por destaque suas principais características geográficas, sociais e econômicas. A regulamentação do MEI teve início em 2009 e, desde então, houve crescimento médio de 831.237 novos cadastros por ano, até 2016

(Sebrae, 2017a). Em dezembro de 2017, foi contabilizado um total de 7.729.234 registros (Portal do Empreendedor, 2017).

Esses números apontam para uma resposta positiva da sociedade a essa política pública, cujo objetivo principal é a formalização de antigos e novos negócios. Em contrapartida, análises acadêmicas oferecem indícios de que os impactos da Lei Complementar nº 128 vão além de suas intenções, uma vez que ela pode estar sendo utilizada como instrumento de terceirização dos quadros de funcionários de empreendimentos estabelecidos, ou de redução do tamanho de empresas (Corseuil et al., 2014).

Em termos regionais, um relevante número de MEI se concentra nas regiões sul e sudeste e no estado da Bahia, no nordeste. São Paulo é o estado mais expressivo em número de microempreendedores individuais (1.711.010); Rio de Janeiro está em segundo (816.607); seguido por Minas Gerais, em terceiro (729.746) – o que torna a região sudeste a mais empreendedora, no que se refere a essa modalidade de empreendedorismo no país (Sebrae, 2017a).

O relatório do Sebrae (2017a) aponta maior concentração de MEI em grandes centros urbanos, como as capitais. Essa distribuição geográfica pode sugerir que esse modelo de empreendedorismo esteja relacionado a um maior dinamismo econômico, característico nessas regiões (Aparicio et al., 2016; Lundström & Stevenson, 2006; Verheul et al., 2002).

Em termos demográficos, tendo por referência o ano de 2016, os microempreendedores individuais são, em sua maioria, do sexo masculino (52,4%), sendo, portanto, 47,6% do sexo feminino. As estatísticas mostram também que 43% dos MEI são brancos, 42% pardos, 11% pretos, 2% orientais e 1% indígenas. Esses números acompanham as proporções raciais da população brasileira em geral, indicadas no censo de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011).

Na economia, os setores com maior número de microempreendedores individuais são os de comércio e de serviço, estando as atividades mais frequentes relacionadas ao comércio varejista, aos serviços de alimentação e de beleza, e outras práticas de baixo potencial para o crescimento acelerado. Essa característica distancia essa modalidade de empreendedorismo das manifestações mais contempladas por políticas públicas, em nível internacional, e do interesse do mainstream da pesquisa científica, que empenha esforços de estudo e fomento em empreendimentos de bases tecnológicas (Morris et al., 2015). Além disso, sustenta-se o argumento de que a política do MEI tem alcançado empreendimentos próximos das categorias “sobrevivência” ou “estilo de vida”, apresentadas por Morris et al. (2015).

Cabe mencionar o perfil socioeconômico dos microempreendedores individuais, que pode ser parcialmente observado pela identificação do nível educacional e de renda dos empreendedores em análise. Segundo o relatório sobre o perfil dos MEI (Sebrae, 2017a), a maioria dos empresários individuais possui o ensino médio completo (32%), ou ensino superior completo (20%), indicando que mais da metade da população de MEI possui pelo menos 12 anos de estudo. Esse é um indicador favorável, no que refere à alfabetização e ao domínio de técnicas básicas para a prática da gestão. Além disso, apenas 1% dos MEI estudados não possui instrução escolar, como indica o relatório mencionado anteriormente.

No que se refere à condição econômica dos MEI ativos, o Sebrae (2017b) aponta que a renda familiar, em 2016, estava em torno de R\$3.926 – valor equivalente a pouco mais de quatro salários-mínimos de R\$937, naquele ano. De acordo com o Sebrae (2017a), 57% dos MEI apresentam renda familiar per capita acima de R\$908,01. Em sua maioria, eles se enquadram entre a classe média-alta, com renda familiar per capita entre R\$ 908,01 e R\$ 1444,01; e classe alta, com renda familiar per capita acima de R\$ 3.515,01.

Segundo o Sebrae (2017a), é relativamente baixa a proporção dos MEI em estratos sociais classificados como pobre (9%), com renda familiar per capita entre R\$ 115,0 e R\$ 230; e extremamente pobre (2%), com renda familiar per capita abaixo de R\$ 115,0. É possível teorizar que esse cenário resulte de dois fatores: (1) indivíduos que abriram suas empresas melhoraram sua condição econômica ao logo dos anos, ascendendo socialmente; (2) empreendedores autônomos, pertencentes às classes menos favorecidas, têm optado pela informalidade.

As informações desta seção demonstram maior concentração de MEI em regiões com maior dinamismo econômico e grandes aglomerações urbanas. Além disso, observa-se que esse modelo de empreendedorismo tende a ser mais presente entre grupos com maiores rendas, e dotados de educação formal, com mais de 12 anos de estudo.

A análise do perfil do MEI indica uma relação positiva entre esse fenômeno e melhores condições de vida, questão central desta pesquisa. Cabe entender se esses elementos se confirmam em uma análise macro, a partir de indicadores municipais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de identificar uma possível relação entre as condições socioeconômicas e o MEI, no âmbito municipal brasileiro, optou-se, neste artigo, por uma abordagem quantitativa, a partir da técnica de análise de regressão linear. Trata-se de um modelo estatístico, aplicado para prever o comportamento de uma variável quantitativa dependente, com base em sua relação com uma ou mais variáveis explicativas (Pestana & Gageiro, 2008).

Por se tratar de um modelo composto por mais de uma variável exógena, foi desenvolvida uma análise de regressão múltipla, a qual requer, como medidas primárias, que as variáveis incluídas no modelo sejam escalares, e a relação entre elas seja linear e aditiva (Pestana & Gageiro, 2008). A função de regressão é estimada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que fornecem uma função estimada, a partir da soma dos desvios dos erros, elevada ao quadrado (Hair et al., 2009).

Esse modelo (regressão linear múltipla) é amplamente utilizado em pesquisas sobre o empreendedorismo, visando, frequentemente, identificar os determinantes desse fenômeno (Aparicio et al., 2016; Castaño et al., 2015; Giacomini et al., 2011; Jiménez et al., 2015; Melo et al., 2015); medir os impactos dos diversos tipos de empreendedorismo nas variáveis econômicas (Barros et al., 2008; Fontenele, 2010); e entender as relações entre o empreendedorismo e as variáveis sociais e individuais (Block & Wagner, 2010; Julião, 2014).

Sob a luz da teoria e tendo em vista a proposta de pesquisa, foram coletados dados transversais, provenientes dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, no ano de 2013. Esse ano

foi escolhido em razão da indisponibilidade de dados de anos posteriores para todas as variáveis de análise.

A função estimada pode ser representada da seguinte forma:

$$MEI = \alpha + \beta_i Educ_i + \beta_i Saude_i + \beta_i Sane_i + \beta_i Renda_i + \varepsilon$$

Sendo:

- i = 1, 2, 3, 4, ..., n;
- α = intercepto, sendo o valor médio de Y quando X é igual à zero;
- β = Coeficiente de relação da variável explicativa;
- MEI = Variável dependente relativa ao MEI;
- Educ = Variáveis indicadas pela teoria, relacionadas à educação;
- Saúde = Variáveis indicadas pela teoria, relacionadas à saúde;
- Sane = Variáveis indicadas pela teoria, relacionadas ao saneamento;
- Renda = Variáveis indicadas pela teoria, relacionadas à renda;
- ε = Variável aleatória residual, que descreve os efeitos da variável endógena, não explicados por ela.

A delimitação de Minas Gerais se deu pela possibilidade de abranger uma amostra satisfatória, a partir do estado com maior número de municípios do Brasil, e o terceiro maior, em número de MEI (Sebrae 2017a; 2017b). Segundo Emmendoerfer e Soares (2014), a representatividade dessa unidade federativa brasileira se expressa também devido às suas dimensões territoriais, análogas a países, como: França, Suécia, Espanha e Japão. Além disso, os números de sua economia são equivalentes ao de países, como: Israel, Irlanda, Chile e República Tcheca. Portanto, o estado de Minas Gerais foi considerado, para fins deste estudo, propício para se entender a relação entre o fenômeno empreendedorismo e as condições socioeconômicas dos municípios.

Foram buscadas variáveis até 2017, em bancos de dados nacionais, disponíveis no momento da realização da pesquisa, que foi 2019. A consulta se deu pelo acesso aos sites eletrônicos dos seguintes órgãos: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2021; Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Sistema Único de Saúde (SUS); e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Essas variáveis estão relacionadas às dimensões economia, saúde, educação e moradia – elementos que podem influenciar o empreendedorismo individual. O conjunto de variáveis, constante no modelo (Tabela 1), foi selecionado a partir do uso do filtro de dados disponíveis, do ano de 2013, em bases oficiais (envolvendo o maior número de municípios e maior credibilidade de sua exposição), e aquelas já indicadas na literatura, pela sua relevância (Lundström & Stevenson, 2006; Verheul et al., 2002).

Vale ressaltar que as variáveis foram relativizadas, para tornar possível sua equiparação na regressão. Realizou-se, então, uma análise exploratória de dados, identificando suas medidas de posição e de distribuição, e sua normalidade, evidenciando e retirando os outliers com distâncias consideráveis.

Além dos pressupostos inerentes a um modelo de regressão linear múltipla, como a homocedasticidade, a ausência de autocorrelação e de multicolinearidade (Hair et al., 2009), a

validade do modelo foi obtida com o Teste F, que testa a hipótese (H0) da nulidade dos coeficientes, do parâmetro das variáveis independentes inclusas no modelo (Triola, 2014).

Tabela 1

Descrição de variáveis e fontes dos dados da pesquisa

Variáveis	Descrição	Fontes	
propMEI	Proporção de MEI sobre o número de pessoas ocupadas.	FIRJAN	
Pibpcap	PIB per capita municipal (mil).	IBGE	
Renda	Proptrabfund	Razão entre o número de trabalhadores com Ensino Fundamental e os vínculos totais de trabalho, registrados no Ministério do Trabalho e Previdência.	RAIS/CAGED - MTE
	Proptrabmed	Razão entre o número de trabalhadores com Ensino Médio e os vínculos totais de trabalho, registrados no Ministério do Trabalho e Previdência.	RAIS/CAGED - MTE
	Proptrabsup	Razão entre o número de trabalhadores com Ensino Superior e os vínculos totais de trabalho, registrados no Ministério do Trabalho e Previdência.	RAIS/CAGED - MTE
Saneamento	Proplixo	Proporção de famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF), com serviço público de coleta seletiva.	DATASUS/SUS
	Propesgo	Proporção de famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF), com serviço de esgoto para captação de fezes e urina.	DATASUS/SUS
	Propagua	Proporção de famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF), com o tratamento de água (filtragem da água recebida).	DATASUS/SUS
	Propenerg	Proporção de famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF), com serviço de energia elétrica.	DATASUS/SUS
Saúde	Propimun	Proporção de doses de vacinas aplicadas nas famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF).	DATASUS/SUS
	Propobt	Proporção de óbitos, registrados por local de residência – que poderiam ter sido evitados com a prestação de atendimento básico – para a população entre 5 e 74 anos de idade, nas famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (antigo PSF).	DATASUS/SUS
Educação	Alfund	Razão entre o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e o de turmas disponíveis, multiplicado por 100.	EDUCACENSO / INEP/MEC
	Almed	Razão entre o número de alunos matriculados no Ensino Médio e o de turmas disponíveis, multiplicado por 100.	EDUCACENSO / INEP/MEC
	Distfund	Razão entre o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, com idade superior à regular da série, e o total dos matriculados no Ensino Fundamental, multiplicado por 100.	EDUCACENSO / INEP/MEC
	Distmed	Razão entre o número de alunos matriculados no Ensino Médio, com idade superior à regular da série, e o total dos matriculados no Ensino Médio, multiplicado por 100.	EDUCACENSO / INEP/MEC

Nota: Elaborada pelos autores (2022).

A partir desse procedimento, testa-se (Teste T) a significância dos coeficientes de cada variável explicativa. A capacidade explicativa do modelo é dada pelo percentual de variação da variável dependente, explicada pelas variáveis exógenas. A homocedasticidade, por sua vez, foi testada pela análise da dispersão dos valores dos resíduos estandardizados; e

a autocorrelação residual, pelo Teste de Dubin-Watson (Triola, 2014). Para a realização dessas técnicas estatísticas, este estudo fez uso do software Stata® 14.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo realizado os procedimentos metodológicos previamente descritos, foi possível obter resultados que demonstram a relação existente entre o MEI e as condições sociais dos municípios mineiros. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas, fruto da realização da análise exploratória dos dados de pesquisa.

Tabela 2

Estatísticas descritivas

Variáveis	n	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
propMEI	596	0,113	0,095	0,013	1,989
Pibpcap	596	12,480	7,140	0,954	80,729
Proplixo	584	0,749	0,186	0,188	1,000
propesgo	584	0,631	0,286	0,000	1,000
propagua	584	0,826	0,156	0,830	1,000
propenerg	584	0,982	0,020	0,420	1,011
propimun	584	1,034	0,316	0,000	2,891
Propobt	584	0,004	0,001	0,015	0,016
proptrabfund	573	0,128	0,044	0,085	0,297
proptrabmed	573	0,358	0,086	0,031	0,610
proptrabsup	573	0,131	0,049	0,284	4,100
Alfun	596	20,87	3,092	12,30	28,500
Almed	595	29,70	4,659	4,100	41,400
Disfund	596	17,40	5,850	7,400	39,100

Nota: Elaborada pelos autores (2021).

Alguns casos foram excluídos, devido aos outliers, identificados no BoxPlot, com elevada discrepância da distribuição dos dados em geral. Optou-se por não excluir todos (como distância moderada), a fim de manter o máximo de casos possível, aceitáveis até encontrar distribuições quase simétricas e próximas de mesocúrticas (Pestana & Gageiro, 2008). A relativização das variáveis pode ser também evidenciada (Tabela 2), garantindo que elas possam ser comparáveis entre si e incluídas no modelo. Ressalta-se que a proporção de MEI supera o valor de cem por cento, devido a um maior número de registro de microempreendedores frente ao da população ocupada em alguns municípios.

O modelo gerado apresentou um Teste F significativo (Tabela 3), que foi validado, indicando que pelo menos uma das variáveis explicativas possui relação significativa com a variável dependente na regressão. Seu poder explicativo, porém, não se mostra satisfatório, por apresentar um valor de R² igual a 0,138, apontando que apenas 13,8% da variação da proporção de microempreendedores individuais nos municípios mineiros pode ser explicada por mudanças nas variáveis incluídas nesse modelo. Isso se dá pela existência de múltiplos determinantes do empreendedorismo, como mencionado no referencial teórico, circunstância que não inviabilizou a realização desta pesquisa.

O teste de autocorrelação Durbin-Watson analisa a independência entre as variáveis aleatórias residuais. Sendo ele de 1,944, e estando entre 1,36 e 2,64, aceita-se a hipótese de que a covariância entre os resíduos é nula, ou seja, há ausência de autocorrelação. Houve, então, a exclusão de duas variáveis do modelo – o “número de aprovados no ensino fundamental” e “o número de aprovados no ensino médio” (*aprovfund*, *aprovmed*),

acusados por multicolinearidade, o que violaria um dos pressupostos da análise por regressão linear (independência entre as variáveis explicativas).

Tabela 3

Efeitos de variáveis sociais e econômicas sobre o MEI

Variável	propMEI
Pibpcap	-0,356 (0,000)***
Proplixo	0,061 (0,333)
Propesgo	0,040 (0,447)
Propagua	0,071 (0,090)*
Propenerg	-0,011 (0,806)
Propimun	-0,007 (0,883)
Propobt	0,012 (0,809)
Proprabfund	0,018 (0,671)
Proprabmed	-0,026 (0,539)
Proprabsup	-0,011 (0,792)
Alfund	0,118 (0,023)**
Almed	-0,008 (0,851)
Distfund	0,143 (0,004)***
Distmed	-0,038 (0,445)
Const.	0,083 (0,476)

$R^2 = 0,138$
 R^2 ajustado = 0,116
 Durbin-Watson = 1,944

Teste F = 0,000
 Excluídas: aprovfund; aprovmed

Notas: * = significativo a 10%.

** = significativo a 5%.

*** = significativo a 1%.

Entre parênteses é valor do erro padrão robusto.

Elaborada pelos autores (2022).

No modelo proposto, há quatro coeficientes significativos, relacionados a: *Pibpcap*, variável econômica – “PIB per capita”; *Propagua*, variável de saneamento básico – “proporção de famílias atendidas pelo PSF, que possuem água filtrada”; e dois coeficientes significativos, concernentes à educação (*Alfund* e *Distfund*). Dessa forma, as variáveis de saúde e de trabalho não são significativas no modelo.

O PIB per capita foi a variável mais significativa e com maior peso de explicação sobre o MEI. Segundo os resultados, a cada unidade de variação da renda per capita de um município, diminui-se em 0,365 a proporção de microempreendedores individuais entre a população ocupada. Isso indica uma relação inversa entre essas variáveis, ou seja, municípios com maior renda tendem a apresentar menores proporções de MEI.

Esse resultado pode indicar que municípios mais ricos tendem a oferecer oportunidades de emprego que rivalizam com os possíveis benefícios de se empreender em atividades de baixo retorno econômico. Em contrapartida, municípios de menor renda per capita podem criar menos oportunidades de trabalho formal, com salários competitivos, fazendo com que o “custo/benefício” de se empreender seja favorável ao aumento de MEI. Tendo em vista a literatura acadêmica, o resultado aproxima o MEI das características manifestas pelo empreendedorismo por necessidade, por ser mais presente em regiões com menores rendas per capita (Ács et al., 2014; Castaño et al., 2015).

Tal evidência, no entanto, não figura nos resultados apresentados pelo Sebrae (2017a), anteriormente discutidos. Naquele relatório, consta que a maioria dos microempreendedores compõe classes sociais com melhores condições de renda. Tal incongruência pode ser explicada por algumas hipóteses: (1) a relação “macro” entre condições socioeconômicas de municípios e o MEI não representa,

necessariamente, as características dessa população, quando analisada individualmente. Isso implicaria em dizer que o grupo de MEI, mesmo estando em um município de baixo poder econômico, não sofreria diretamente com as más condições socioeconômicas municipais; e (2) as atividades ligadas ao MEI podem estar garantindo um nível de renda adequado para as famílias empreendedoras.

Tais interpretações estão alinhadas com a perspectiva de que a formalização como MEI pode ser um caminho para as atividades empreendedoras motivadas por necessidade. Esse caminho poderia ser caracterizado como promissor, uma vez que, de modo geral, ele tem proporcionado melhores condições socioeconômicas para os empreendedores, em detrimento do baixo desempenho municipal. Isso implicaria na conclusão de que o MEI, como política pública (Borges et al., 2018) de formalização e de incentivo ao empreendedorismo de baixo impacto, estaria apresentando resultados benéficos para seu público-alvo.

Os coeficientes significativos, relacionados à educação, foram os que mais se destacaram, em termos de quantidade, frente aos outros conjuntos de variáveis. Segundo Fontes e Pero (2011), bem como Morais e Emmendoerfer (2018), a educação é um relevante indicador de renda entre os microempreendedores, pois tende a afetar positivamente os retornos e a gestão dos negócios.

No modelo gerado, destaca-se o efeito do ensino fundamental sobre o MEI: o aumento de alunos por turma, as distorções em sua conclusão e outros indicadores de problemas, no âmbito da educação, e das condições familiares da criança, tendem a afetar positivamente o número de MEI nos municípios (Portella et al., 2017). Tais problemas abarcam a evasão e o abandono (quando o aluno desiste de prosseguir nos estudos e decide retornar posteriormente); a reprovação constante (por não compreender a matéria e/ou por não ter recursos em sua residência que possibilitem a revisão e o estudo extraclasse); a matrícula tardia (quando os pais ou responsáveis decidem matricular o aluno após o período correto de sua matrícula); bem como o trabalho do professor – muitos alunos por turma, o que restringe o atendimento do professor a alguns, e pode prejudicar não apenas o aprendizado, mas, por extensão, facilitar a evasão escolar.

Em municípios com alta taxa de distorção idade-série e grande número de alunos por turma, no ensino fundamental, pode haver indivíduos com pouca qualificação profissional e com grande dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal assalariado (Morais et al., 2022; Santos, & Gimenez, 2015; Vale, 2014). Isso explicaria a relação entre as variáveis da qualidade da educação e o aumento da proporção de MEI em uma sociedade.

Perante as poucas chances de emprego e/ou de remuneração satisfatória, o empreendedorismo pode emergir como uma opção plausível para garantir melhores condições de vida no longo prazo. A captação dessa relação pelo modelo implica na possibilidade de a política pública de regulação do MEI estar atingindo um público que busca o empreendedorismo como meio de sobrevivência, ou como estilo de vida (Morris et al., 2015).

Esse resultado converge para os elementos apontados no relatório Sebrae (2017a), de que o número de trabalhadores MEI com o ensino médio completo, sem ingresso em um curso técnico ou superior, corresponde a 73% do total de MEI com registro no Brasil.

Por fim, tem-se por significativo o coeficiente da variável *Propagua* – um indicador de saneamento básico – que apresenta a proporção de famílias atendidas pela Estratégia de Saúde Familiar, com o tratamento e a filtragem da água. Segundo os resultados do modelo, um aumento de uma unidade na variável explicativa tende a aumentar a proporção de MEI em 0,071 unidades. Nos municípios analisados, há baixa amplitude dessa variável, e os resultados evidenciam de que são poucos os microempreendedores pertencentes a classes de maior vulnerabilidade social.

De maneira geral, os resultados mostram que podem existir diferenças entre as condições sociais e econômicas dos microempreendedores analisados e os municípios de onde eles provêm, coadunando com os apontamentos preliminares de Morais e Emmendoerfer (2018). Embora a maioria dos MEI brasileiros apresenta maior nível de renda e de escolaridade, o modelo gerado para os municípios indica uma possível relação inversa entre a proporção de microempreendedores individuais e as variáveis de condições sociais.

Somada a isso, a apresentação dos setores e das atividades econômicas mais frequentes entre os MEI demonstra, em consonância com a literatura sobre o assunto, que esse trabalhador, no Brasil, aproxima-se do empreendedorismo por necessidade (Morais et al., 2022), ou por “sobrevivência” e “estilo de vida” (Morris et al., 2015). Isso é reforçado pela correspondência desse empreendedorismo com importantes instrumentos de fuga de situações de crise econômica, e para a promoção de empregos e de bens e serviços básicos para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo proposto para a identificação das relações entre as variáveis sociais e econômicas e a manifestação do microempreendedor individual, como uma política de empreendedorismo, revelou peculiaridades capazes de subsidiar análises e avaliações de políticas públicas com esse enfoque.

Enquanto a maioria dos microempreendedores individuais pertence às classes sociais com maiores níveis de renda, e com níveis de educação acima de 12 anos de estudo, a relação inversa, encontrada entre a “proporção dos MEI em relação à população ocupada” e os indicadores socioeconômicos, abre espaço para a reflexão sobre os motivos que levam à formalização do negócio e as consequências dessa tomada de decisão.

Em termos gerais, a relação inversa entre a variável dependente e as variáveis significativas do estado socioeconômico dos municípios aproxima o fenômeno MEI às características gerais do empreendedorismo por necessidade. Como é evidenciado extensamente na literatura, esse tipo de empreendedorismo tende a ser frequente em situações de baixo desenvolvimento econômico. Da mesma forma, os resultados do modelo aqui apresentado indicam aumento da formalização em MEI em circunstâncias socioeconômicas insatisfatórias. Isso pode estar relacionado à busca pelo empreendedorismo como uma via de melhoria do nível de renda, em um cenário de baixo desenvolvimento econômico.

O contraste dos resultados do modelo e as características gerais da população MEI, por sua vez, podem indicar que os

microempreendedores individuais, beneficiados pela política, têm conseguido ascender socialmente, atingindo melhores patamares de renda, de educação e de saneamento. Esses parâmetros apontam que, possivelmente, a regulamentação do MEI como uma política pública de formalização, está captando o sucesso de empreendedores por sobrevivência ou de estilo de vida, em ambientes de condições socioeconômicas precárias.

Mesmo perante o potencial reflexivo decorrente da aplicação metodológica escolhida neste trabalho, a abordagem quantitativa e o modelo propostos não estão isentos de limitações. O modelo de Regressão Linear Múltipla, por exemplo, empenha-se em operar a pesquisa em apenas um período, não permitindo averiguar as relações temporais sobre a variável dependente. Além disso, ele exige uma relação de linearidade entre as variáveis dependentes e independentes, para melhor capacidade de resposta – situação de difícil precisão, na área das ciências sociais aplicadas.

Por outro lado, os resultados encontrados, em termos teóricos, avançam na literatura, pois apresentam a relação das condições sociais – em especial o PIB e a oferta da educação – e o microempreendedorismo individual. Além disso, eles promovem reflexões sobre as implicações gerais desse cenário em relação às motivações e às possíveis consequências do empreendedorismo. Nesse sentido, cabe atenção aos agentes públicos para analisar e avaliar como as políticas públicas interagem, em busca de potencializar os resultados sociais, inclusive, em uma perspectiva integrativa de políticas.

Logo, este trabalho lançou luzes para possíveis teorizações do objeto estudado a partir de dois fatores (suposições) aqui tratados que poderão ser aperfeiçoados por futuras pesquisas: (1) indivíduos que abriram suas empresas melhoraram sua condição econômica ao logo dos anos, ascendendo socialmente; (2) empreendedores autônomos, pertencentes às classes menos favorecidas, têm optado pela informalidade. Assim, estudos futuros podem reaplicar o modelo proposto, visando aprimorar e mitigar suas limitações, envolvendo dados de municípios de outros estados e regiões do Brasil, em perspectiva comparada, a fim de identificar as motivações para o MEI. Isso pode revelar congruências e singularidades associadas às regionalidades e aos aspectos territoriais, historicamente situados, em termos de desenvolvimento, sustentabilidade e diversidade.

Agradecimentos

Os autores agradecem à equipe editorial e aos avaliadores anônimos e suas valiosas contribuições, que repercutiram positivamente neste artigo.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 309363/2019-5. Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ-01502-22. Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código financiamento 001.

Declaração de Conflito de Interesse

Os autores declaram não existir conflito de interesses.

Declaração dos autores de contribuições individuais

Papéis	Contribuições			
	Morais MCA	Emmendoerfer ML	Vitória JR	Mendes WA
Conceitualização	■	■		
Metodologia	■			■
Software	■			■
Validação	■	■	■	■
Análise formal	■	■		■
Pesquisa / Levantamento	■			
Recursos	■	■	■	
Curadoria dos dados	■	■		
Escrita - Rascunho original	■			
Escrita - Revisão e edição	■	■	■	
Visualização dos dados	■	■	■	
Supervisão / Orientação		■		
Administração do Projeto	■	■	■	
Financiamento		■		

REFERÊNCIAS

- Ács, Z. J., Autio, E., & Szerb, L. (2014). National Systems of Entrepreneurship: Measurement issues and policy implications. *Research Policy*, 43(3), 476-494. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.08.016>
- Almeida, F. M., Valadares, J. L., & Sedyama, G. A. S. (2017). A Contribuição do Empreendedorismo para o Crescimento Econômico dos Estados Brasileiros. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 6(3), 466-494. <https://doi.org/10.14211/regepe.v6i3.552>
- Aparicio, S., Urbano, D., & Audretsch, D. (2016). Institutional factors, opportunity entrepreneurship and economic growth: Panel data evidence. *Technological Forecasting and Social Change*, 102, 45-61. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.04.006>
- Audretsch, D. B., Grilo, I., & Thurik, A. R. (2007). Explaining entrepreneurship and the role of policy: A framework. In D. B. Audretsch, I. Grilo, & A. R. Thurik (Eds.), *Handbook of research on entrepreneurship policy* (pp. 1-17). Cheltenham: Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781847206794.00005>
- Aviram, N. F., Cohen, N., & Beeri, I. (2019). Wind(ow) of change: a systematic review of policy entrepreneurship characteristics and strategies. *Policy Studies Journal*, 48(3), 612-644. <https://doi.org/10.1111/psi.12339>
- Barros, A. A., Pereira, C. M. M. A. (2008). Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(4), 975-993. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000400005>
- Block, J. H., & Wagner, M. (2010). Necessity and Opportunity Entrepreneurship: characteristics and earnings differentials. *Schmalenbach Business Review*, 62(2), 154-174. <https://doi.org/10.1007/BF03396803>
- Borges, C., Bezerra, É. D., Silva, G., Andreassi, T., & Ferreira, V. D. R. (2018). Entrepreneurship policy in Brazil: Its focus and gaps. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 34(2), 183-203. [www.doi.org/10.1504/ijesb.2018.10013257](https://doi.org/10.1504/ijesb.2018.10013257)
- Castaño, M. S., Méndez, M. T., & Galindo, M. Á. (2015). The effect of social, cultural, and economic factors on entrepreneurship. *Journal of business research*, 68(7), 1496-1500. <https://doi.org/10.1016/j.ibusres.2015.01.040>
- Corseuil, C. H., Neri, M. C., & Ulyssea, G. (2014). Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. *Texto para Discussão 1939*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1939.pdf
- Cunningham, J. B., & Lischeron, J. (1991). Defining entrepreneurship. *Journal of small business management*, 29(1), 45-61.
- Emmendoerfer, M. L., & Soares, É. B. S. (2014). Análise do desenvolvimento turístico e da denominação designada pelo governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 3(21/22), 139-151. <https://doi.org/10.34624/rtd.v3i21/22.12011>
- Fernandes, R. J. R. (2019). Análise crítica do discurso de apoio às MPMEs e de fomento ao empreendedorismo no Brasil pós-redemocratização (Tese de doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27178>
- Fontenele, R. E. S. (2010). Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Econômico: Evidências Empíricas. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(6), 1094-1112. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000700007>
- Fontes, A., & Pero, V. (2011). Desempenho dos Microempreendedores no Brasil. *Economia*, 12(3), 635-665. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p635_665.pdf
- Freytag, A., & Thurik, R. (2007). Entrepreneurship and its determinants in a cross-country setting. *Journal of Evolutionary Economics*, 17(2), 117-131. <https://doi.org/10.1007/s00191-006-0044-2>
- Gedeon, S. (2010). What Is Entrepreneurship? *Entrepreneurial Practice Review*, 1(3), 16-35.
- Giacomin, O., Janssen, F., Guyot, J. L., & Lohest, O. (2011). Opportunity and/or necessity entrepreneurship? The impact of the socio-economic characteristics of entrepreneurs. *MPR: Munich Personal RePEc Archive*, 29506. Recuperado de <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/29506/>
- Greco, S. M. S. S., Onozato, E., Bastos Júnior, P. A., & Souza, V. L. (2020). *Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil*. M. S. S. Greco (Coord.). Curitiba: IBQP. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Editora.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf
- Jarvis, D. S., & He, A. J. (2020). Policy entrepreneurship and institutional change: Who, how, and why? *Public Administration and Development*, 40(1), 3-10. <https://doi.org/10.1002/pad.1876>
- Jiménez, A., Palmero-Cámara, C., González-Santos, M. J., González-Bernal, J., & Jiménez-Eguizabal, J. A. (2015). The impact of educational levels on formal and informal entrepreneurship. *BRQ Business Research Quarterly*, 18(3), 204-212. <https://doi.org/10.1016%2Fj.brq.2015.02.002>
- Julião, F. (2014). Fatores Determinantes da Satisfação de Usuários do Programa Microempreendedor Individual. *Teoria e Prática em Administração*, 4(1), 156- 179. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2014v4i1-18322>
- Kenyon, T., & Kapaz, E. (2005). The Informality Trap: Tax Evasion, Finance, and Productivity in Brazil. Washington: *World Bank*. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11201>
- Kuratko, D. F. (2019). *Entrepreneurship: Theory, process, and practice* (11th ed.). Boston: Cengage learning.
- Lee, C. K., Cottle, G. W., Simmons, S. A., & Wiklund, J. (2021). Fear not, want not: Untangling the effects of social cost of failure on high-growth entrepreneurship. *Small Business Economics*, 57(1), 531-553. <https://doi.org/10.1007/s1187-020-00324-0>
- Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. (2008). Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm
- Lima, K., Gonçalves, F., & Vendrametto, O. (2016). Microempreendedor Individual: alternativa para emprego e renda. *Proceedings of the International Conference on Engineering and Technology Education*. COPEC, Salvador, BA, Brasil, 14.
- Lundström, A., & Stevenson, L. A. (2006). *Entrepreneurship policy: theory and practice*. Amsterdam: Kluwer Academic Publishers.
- Melo, F. L. B., Sampaio, L. M. B., & Oliveira, R.L. (2015). Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 374-397. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151611>

- Morais, M. C. A., & Emmendoerfer, M. L. (2018). Determinantes socioeconômicos do microempreendedorismo individual (MEI): evidências e implicações [Working Paper]. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE)*, São Paulo, SP, Brasil, 10. <https://www.doi.org/10.17648/egepe-2018-83565>
- Morais, M. C. A., Emmendoerfer, M. L., Mendes, W. A., & Almeida, F. M. (2022). Effects of cultural, economic and institutional factors on entrepreneurial activity. *Sylvan*, 166(2), 2-19.
- Moreira, R. F. C. (2013). Empreendedorismo e inclusão produtiva: Uma análise de perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, 25, 19-31. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130507_radar25_cap2.pdf
- Morris, M. H., Neumeyer, X., Jang, Y., & Kuratko, D. F. (2018). Distinguishing types of entrepreneurial ventures: An identity-based perspective. *Journal of Small Business Management*, 56(3), 453-474. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12272>
- Morris, M. H., Neumeyer, X., & Kuratko, D. F. (2015). A portfolio perspective on entrepreneurship and economic development. *Small Business Economics*, 45(4), 713-728. <https://doi.org/10.1007/s11187-015-9678-5>
- Myrdal, G. (1963). *Economic Theory and Underdeveloped Region*. Londres: Methuen.
- Oliveira, J. M. (2013). Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, 25, 33-44. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5638>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (1998). *Fostering Entrepreneurship: The OECD Jobs Strategy*. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264163713-en>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2021). *The Missing Entrepreneurs 2021: Policies for Inclusive Entrepreneurship and Self-Employment*. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/71b7a9bb-en>
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinho, J. C., & Thompson, D. (2016). Condições estruturais empreendedoras na criação de novos negócios: A visão de especialistas. *Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 166-181. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160204>
- Portal do Empreendedor. (2017). *Estatísticas: Portal do Empreendedor - MEI*. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>
- Portella, A. L., Bussmann, T. B., & Oliveira, A. M. H. D. (2017). A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. *Nova Economia*, 27(3), 477-509. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3138>
- Prieger, J. E., Bampoky, C., Blanco, L. R., & Liu, A. (2016). Economic growth and the optimal level of entrepreneurship. *World Development*, 82, 95-109. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.01.013>
- Reynolds, P. D., Hay, M., & Camp, S. M. (1999). *Global entrepreneurship monitor*. Kansas City, Missouri: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership.
- Santos, A. L. D., & Gimenez, D. M. (2015). Inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 29(85), 153-168. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108929>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2016). *Perfil do Microempreendedor Individual 2015*. Brasília: Sebrae. Recuperado de <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Perfil-do-MEI-2015.pdf>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2017a). *Perfil do Microempreendedor Individual 2017*. Brasília: Sebrae. Recuperado de <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Perfil-do-Microempreendedor-Individual-2017-v12.pdf>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2017b). *Pesquisa do Perfil do MEI*. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Pesquisa-Perfil-do-MEI-2017.pdfwww.sebrae.com.br>
- Shane, S. (2009). Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy? *Small Business Economics*, 33(2), 141-149. <https://doi.org/10.1007/s11187-009-9215-5>
- Smith, W., & Chimucheka, T. (2014). Entrepreneurship, Economic Growth and Entrepreneurship Theories. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 14(5), 160-168. <http://dx.doi.org/10.5901/miss.2014.v5n14p160>
- Triola, M. F. (2014). *Introdução à estatística: atualização da tecnologia*. Rio de Janeiro: São Paulo: LTC.
- Urbano, D., & Aparicio, S. (2016). Entrepreneurship capital types and economic growth: International evidence. *Technological Forecasting and Social Change*, 102, 34-44. <http://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.02.018>
- Vale, G. M. (2014). Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 310-321. www.doi.org/10.1590/S0034-759020140306
- Vasconcelos, K. S. L. (2016). *De empresário individual formal a microempreendedor individual (MEI): Uma análise dos benefícios da política de formalização* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17798>
- Verheul, I., Wennekers, S., Audretsch, D., & Thurik, R. (2002). An eclectic theory of entrepreneurship: policies, institutions and culture. In D. Audretsch, R. Thurik, I. Verheul, & S. Wennekers (Eds.), *Entrepreneurship: Determinants and policy in a European-US comparison* (pp. 11-81). Boston: Springer.
- Wissmann, A. D. M. (2021). Discursos e desconstrução sobre a figura do Microempreendedor Individual (MEI). *Pretexto*, 22(4), 96-106. Recuperado em 08 de outubro de 2022 de <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/7989>

BIOGRAFIA DOS AUTORES

Mateus Cerqueira Anício Morais é professor substituto de Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), campus Governador Valadares/MG. Possui Doutorado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC). Suas áreas de interesse Políticas Públicas, Empreendedorismo e Inovação, Pós-Graduação e Pesquisa, Economia do Conhecimento, e Dinâmica de Sistemas.

E-mail: mateuscamorais@gmail.com.

Magnus Luiz Emmendoerfer é professor Associado com atuação no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e no Programa de Pós-graduação em Turismo e Patrimônio, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Possui Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG. Coordenador Geral da Cátedras UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas. Suas principais áreas de interesse incluem Governança de Políticas Públicas, Métodos Qualitativos, Turismo, Empreendedorismo e Inovação no Setor Público.

E-mail: magnus@ufv.br.

José Ricardo Vitória é professor substituto de Administração no Instituto Federal Minas Gerais, IFMG, campus Ouro Preto/MG. Possui Doutorado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC). Suas áreas de interesse incluem Políticas Públicas, Cultura, Economia Criativa, Inovação, Turismo, Eventos e Lazer.

E-mail: josericaardovitoria@yahoo.com.

Wesley de Almeida Mendes é pesquisador no Núcleo de Estudos Administração Pública, Governo e Sociedade (N+APGS) na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui Doutorado em Administração Pública pela UFV. Suas áreas de interesse incluem Administração Pública, qualidade da Gestão Pública e Desenvolvimento Humano. Seus artigos vêm sendo publicado em revistas como *Latin American Research Review* e *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*.

E-mail: wesleyadm@live.com.